

ORIENTAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL.

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - LONDRINA/PR
00273209

Por deliberação da **Assembleia Geral Extraordinária** da categoria profissional dos comerciários, para a qual todos os integrantes foram formalmente convocados, considerando que esta entidade sindical não recebe taxa de Reversão Salarial desde o ano de 2012, considerando que a Contribuição Sindical deixou de ser obrigatória, considerando que o Sindicato não recebe nenhuma verba do Governo Federal, Estadual ou municipal, sobrevivendo apenas das contribuições dos trabalhadores, ainda, considerando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, restou **DECIDIDA e AUTORIZADA** a cobrança de **CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL**, em favor do **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA – SINDECOLON**.

A cobrança da CONTRIBUIÇÃO independe da filiação, ou não, do empregado ao Sindicato e se justifica pelo fato de que **todos os empregados são alcançados pelos benefícios salariais e sociais negociados pelo Sindicato**.

Conforme decidido em Assembleia, a **CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL** se dará mediante o desconto de valor equivalente a **3,00%** (três por cento) da remuneração bruta de **JANEIRO de 2019**, de todos os empregados (associados ou não ao Sindicato), limitado o valor da contribuição ao máximo de **R\$ 100,00** (cem reais) por empregado, em taxa única, ou seja, cobrada somente uma vez no ano.

A CONTRIBUIÇÃO deverá ser recolhida até o **dia 10 (dez) de FEVEREIRO de 2019**, em favor do Sindicato profissional, junto ao **Banco Caixa Econômica Federal, agência 1284, (Ouro Verde), conta corrente número 375-4**.

Ficam excluídas de qualquer desconto da Contribuição para Custeio e Manutenção da Entidade Sindical os valores pagos a título de **DIFERENÇAS SALARIAIS**.

Os empregados, **INDIVIDUALMENTE**, poderão exercer o seu direito de oposição, apresentando-o por escrito diretamente no seu Sindicato Profissional, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data do registro desta convenção, que está protocolada no Ministério do Trabalho e Emprego sob numero. **MR073420/2018**.

Solicitamos aos empregadores e/ou seus representantes, assim considerados os gerentes, prepostos, pessoal de RH ou escritório de Contabilidade terceirizado, **não adotar** procedimento que incentive os empregados em proceder oposição ao desconto, principalmente, no que diz respeito à elaboração de modelo de carta de oposição para serem copiados pelos empregados.

Por fim, ressaltamos que esta **CONTRIBUIÇÃO** é para o Custeio e Manutenção desta Entidade Sindical, sendo a única fonte de receita desta entidade, pelo que fundamental para sobrevivência do Sindicato, dentro do seu exercício legal da liberdade Sindical.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA - SINDECOLON

CARTA SINDICAL DATADA DE 23 DE MARÇO DE 1956.

DIRETORIA



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 2º OFÍCIO
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira - Oficial - londrina2rtd@onda.com.br
Av. Higienópolis, 210 - 1º andar - Sala 104 - CEP 86020-080 - F.: (43) 3322-0220 - Fone/Fax: (43) 3322-3845 - Londrina - PR

spf3a.T6wrb.AMt4Z, Controle: 8V5cv.AuUHR
Consulte em <http://funarpen.com.br>
Protocolado e Registrado sob nº 273.209.
Londrina, 21/12/2018 Emolumento: R\$57,90 (VRC 300,00); Funrejus: R\$8,08; Selo: R\$1,17; FADEP: R\$2,90

Escrevente

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Danielle Maria Barcik Lucas de Oliveira
OFICIAL

Aparecida Moura de Mozaes
 Eunice Tiemi M...
 Lucilene da Silva Prado

ESCREVENTES
LONDRINA - PARANÁ

Londrina 20/Dez/18 10:49 Distr. 11676 2.073209

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003700/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/12/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR073420/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46293.005344/2018-03
DATA DO PROTOCOLO: 18/12/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA, CNPJ n. 78.637.824/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LIMA DO NASCIMENTO;

E

SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL OPTICO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 80.920.085/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ALBERTO PEREIRA e por seu Procurador, Sr(a). ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados no Comércio Varejista - do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio: de material óptico, fotográfico e cinematográfico**, com abrangência territorial em **Alvorada Do Sul/PR, Araçongas/PR, Bela Vista Do Paraíso/PR, Cafeara/PR, Cambé/PR, Centenário Do Sul/PR, Florestópolis/PR, Miraselva/PR, Nossa Senhora Das Graças/PR, Paranapoema/PR, Pitangueiras/PR, Porecatu/PR, Prado Ferreira/PR, Primeiro De Maio/PR, Rolândia/PR, Sabáudia/PR, Santa Inês/PR, Santo Inácio/PR, Sertãozinho/PR e Tamarana/PR.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MÍNIMO DE INGRESSO

Ficam assegurados aos integrantes da categoria os seguintes pisos salariais mínimos de ingresso:

- De **R\$1.213,00** (hum mil, duzentos e treze reais) para contratação em primeiro emprego e válido por 180 dias. Após 180 dias fica assegurado o piso de **R\$1.336,00** (hum mil, trezentos e trinta e seis reais). A justificativa deste piso diferenciado e prazo têm a finalidade de estimular a geração de empregos.
- De **R\$1.336,00** (hum mil, trezentos e trinta e seis reais) às demais contratações.
- As diferenças salariais decorrentes destes reajustes, incidentes nos salários pagos de 01/05/2018 a 30/11/2018, poderão ser pagas até o 5º dia útil de dezembro/2018.
- O pagamento das diferenças salariais aos empregados, cujo contrato de trabalho já se encontra rescindido, deverá ser realizado em única parcela até o 5º dia útil de dezembro/2018.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Todos os empregados integrantes da categoria abrangida por esta Convenção Coletiva de Trabalho que percebem salário superior ao piso salarial terão os salários fixos, ou a parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º (primeiro) de maio de 2018, mediante a aplicação do percentual de **3,29%** (três vírgula vinte e nove por cento) sobre os salários vigentes em 1º (primeiro) de maio de 2017.

04.1 - Aos empregados que percebam salário superior ao piso e que foram admitidos após 1º (primeiro) de maio de 2017, será garantido o reajuste

estabelecido nesta cláusula, proporcional ao tempo de serviço nos seguintes termos:

MÊS	ANO	TOTAL
MAIO	2017	3,29%
JUNHO	2017	2,57%
JULHO	2017	3,17%
AGOSTO	2017	2,82%
SETEMBRO	2017	2,88%
OUTUBRO	2017	2,92%
NOVEMBRO	2017	2,19%
DEZEMBRO	2017	1,84%
JANEIRO	2018	1,34%
FEVEREIRO	2018	0,90%
MARÇO	2018	0,55%
ABRIL	2018	0,41%

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO

Do reajuste previsto na cláusula quarta, poderão ser compensados todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa durante o período de 1º (primeiro) de maio de 2017 até o registro da presente CCT, salvo nos casos decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem

CLÁUSULA SEXTA - COMMISSIONISTA

Os empregados que percebam sob a forma de comissões, terão como garantia de remuneração mínima, o valor de **R\$1.368,00 (hum mil, trezentos e sessenta e oito reais)**, devidos a partir de 01/05/2018. Os empregados comissionistas cujo valor das comissões ultrapasse o valor do piso salarial de **R\$1.368,00 (hum mil, trezentos e sessenta e oito reais)** ficam excluídos desta garantia.

06.1 - A média das comissões e repouso sobre as mesmas para cálculos das férias, 13º (décimo terceiro) salário, aviso prévio e verbas rescisórias deverão ser apuradas com base nos 12 (doze) últimos salários variáveis percebidos, da seguinte forma: a parte variável dos salários dos comissionistas será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC, mês a mês, acumulada no período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

06.2 - Fica ajustado que o cálculo correspondente ao repouso semanal remunerado de que trata a Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, do empregado comissionista, será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias úteis efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente, ressalvando as disposições contratuais mais favoráveis em Carteira de Trabalho.

06.3 – **GESTANTE COMMISSIONISTA:** Fica avençado entre as partes que a remuneração da empregada comissionista, no período de licença maternidade, ou, na hipótese de pagamento de indenização substitutiva, corresponderá à média das comissões dos 12 (doze) últimos meses antecedentes à licença ou período contratual atualizados monetariamente, cujo critério de atualização deve ser o estabelecido na cláusula “6.1”.

06.4 - As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados comissionistas o valor das vendas que eles realizarem sobre as quais foram calculadas as comissões.

06.5 - Para fins exclusivos de balanço, durante o expediente normal, as horas efetivamente trabalhadas serão remuneradas a razão dos valores devidos a título de repouso semanal remunerado trabalhado.

06.6 - Para cálculo da hora extra do comissionista, será considerado o valor da hora normal, calculado sobre o piso salarial dos comissionistas, dividindo-se por 220 (duzentos e vinte) horas, com adicional de 50% (cinquenta por cento), multiplicando-se pelo número de horas extras que efetivamente ficar à disposição do empregador, excluindo-se as horas extras constantes das cláusulas 17, 17.1 e 18.

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

A remuneração das horas extras será de 50% (cinquenta por cento) superior à hora normal, com divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais e, o horário extraordinário não poderá exceder de duas horas por dia.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA OITAVA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa será feita na presença do operador responsável. Estando este impedido de acompanhar a conferência, designará preposto para a execução da tarefa. Caso contrário o empregado não terá responsabilidade pelos erros verificados, salvo recusa injustificada à conferência. No caso de impossibilidade por doença ou força maior, a conferência deverá ser feita na presença de outro operador de caixa e do gerente ou preposto da empresa.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA NONA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

A empregada gestante terá estabilidade no emprego, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término da estabilidade constitucional.

Parágrafo único – GESTANTES – SUSPENSÃO DOS ATOS RESCISÓRIOS Visando evitar a rescisão contratual, em proteção ao nascituro e à própria empregada, (art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT), dentre os exames demissionais previstos no inciso II, do artigo 168, da CLT poderá o empregador, às suas expensas, incluir o exame de sangue para análise do hormônio Beta-HCG, para constatação de gravidez. Constatada a gravidez, o empregador suspenderá os atos rescisórios, preservando o contrato de emprego sem quaisquer alterações.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA DÉCIMA - ESTABILIDADE POR DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho ou for acometido de doença profissional conforme definido na legislação previdenciária e de acidente do trabalho, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 30 (trinta) dias após o término da estabilidade legal e desde que o afastamento em decorrência do acidente ou retorno do auxílio-doença, tiver prazo superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Para efeito de aposentadoria, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 01 (um) ano, o empregado que durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho completar 10 (dez) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, e que comprove em Carteira de Trabalho um mínimo de 29 (vinte e nove) anos de serviço. A estabilidade provisória prevista nesta cláusula não prevalecerá na hipótese de dispensa por justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

11.1 - Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados envelopes ou comprovantes de pagamento, ou contracheques detalhando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados.

11.2 - É obrigatória a anotação em Carteira de Trabalho dos percentuais de comissões.

11.3 – DIA DO COMERCIÁRIO – Em razão da celebração do Dia do Comerciário, as empresas pagarão um abono com natureza remuneratória, no valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do piso constante no item “b” da cláusula terceira. O referido abono será pago com o salário a ser quitado no mês do aniversário do trabalhador, sendo que os valores vencidos correspondentes ao ano de 2018 serão pagos até o 5º dia útil de **dezembro/2018**.

11.4 - A recente reforma trabalhista, através da lei 13.467/17, trouxe diversas e significativas inovações nas relações capital/trabalho/sindicatos/representados. Na área sindical uma das mais inovadoras foi a necessidade para o desenvolvimento de uma nova relação cultural entre sindicatos e representados relativo ao tema associativismo/comunicação; Nesse sentido, objetivando o cumprimento da lei, todas as empresas integrantes da categoria do comércio varejista de bens, representada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado do Paraná – Sindiopticos, remeterão ao sindicato até o dia 30 após assinatura desta convenção o seu e-mail comercial. O destinatário do e-mail é: **sindiopticos@hotmail.com** Esse cadastro visa possibilitar que o Sindiopticos cumpra a legislação quanto a transparência e comunicação de assembléias, informações trabalhistas e demais comunicados de interesse dos seus representados.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA SEMANAL

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados desta categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado.

13.1 - Não haverá expediente e respectivo trabalho, na terça-feira de carnaval.

13.2 - A fixação da jornada de trabalho dos empregados das empresas que pretendam a realização de feiras na base territorial abrangida por esta Convenção deverá ter a anuência dos sindicatos signatários deste instrumento.

13.3 - Fica proibida a realização destas feiras na vigência e no período de 15 (quinze) dias que antecedem as datas promocionais, previstas na “cláusula 17” desta Convenção, salvo negociação coletiva específica, com a participação obrigatória do sindicato representante da categoria econômica.

13.4 - A autorização municipal, no caso da “cláusula 13.3”, deverá estar previamente homologada pelo Sindicato Profissional e Econômico, para surtir seus efeitos.

13.5 - Não será permitido labor em domingos e feriados com exceção das lojas de comércio estabelecidas dentro ou anexa aos supermercados, hipermercados e similares, devidamente representados por estas entidades, onde o trabalho aos domingos e feriados é regulamentado nos seguintes termos:

13.5.1 -O horário de abertura das lojas instaladas dentro ou anexas aos supermercados, hipermercados e similares, podem sujeitar-se aos horários dos estabelecimentos principais, com no mínimo 1h00 (uma) hora para repouso e alimentação e deverão ser compensados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sendo que a não compensação nos prazos assinalados acima, implica no pagamento das respectivas horas com adicional de 100% (cem por cento), observado o disposto na cláusula 19.9. O prazo ora fixado, conta-se do dia seguinte aos domingos e feriados trabalhados.

13.5.2 – A jornada de trabalho no mês de dezembro será conforme previsto nesta convenção ou conforme autorização dos sindicatos convenientes.

13.5.3 - Não haverá expediente e nem trabalho para os empregados nos seguintes dias: 1º de janeiro (Ano Novo), Domingo de Páscoa, 1º de maio, Dia das Mães, Dia dos Pais e 25 de dezembro (Natal).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORÁRIO AOS SÁBADOS

Fica convencionado entre as partes que a abertura do comércio e o horário de trabalho dos integrantes da categoria profissional em todos os sábados havidos na vigência do presente instrumento, será das 09h00min às 18h00min para todos os municípios da base territorial das entidades.

18.1 – Nos 2 (dois) primeiros sábados de cada mês, as horas trabalhadas após as 13 horas deverão ser remuneradas como horas extras, portanto, com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal/contratual.

18.2 – Nos demais sábados de cada mês, o trabalho será alternado, de forma que o empregado que trabalhar em um sábado não trabalhe no sábado seguinte. As horas trabalhadas após as 13 horas deverão ser remuneradas como horas extras, portanto, com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal/contratual ou compensadas com uma folga correspondente ao dobro das horas laboradas após as 13 horas, observada a disposição do item 18.6.

18.3 – Se algum empregado trabalhar mais do que três sábados no período da tarde (após as 13 horas) no mês, os sábados posteriores ao terceiro deverão ter as horas respectivas (após as 13 horas) remuneradas como horas extras, portanto, com adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal/contratual, além da concessão de uma folga compensatória correspondente ao dobro das horas laboradas após as 13 horas, folga esta

independente da remuneração acima estabelecida.

18.4 – Nas hipóteses de utilização da jornada de trabalho após as 13h00 aos sábados, será assegurado aos trabalhadores, por conta do empregador, um vale-refeição no valor de R\$17,00 (dezesete reais), que não terá natureza salarial.

18.5 – As folgas compensatórias dos sábados acima estabelecidas serão definidas à escolha do trabalhador, ressalvando que, se houver mais do que 20% (vinte por cento) dos trabalhadores requerendo a folga no mesmo dia, a empresa deverá escalonar estas folgas, de modo a não haver mais do que 20% (vinte por cento) dos trabalhadores ausentes.

18.6 – Nos meses em que o dia 1º (primeiro), 2 (dois) ou 3 (três) coincidirem com dia de sábado, o trabalho no terceiro sábado obedecerá as mesmas condições aplicadas para o primeiro e segundo sábados conforme cláusula 18.1.

Faltas

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas do ENEM ou de exame vestibular, para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS À MÃE OU PAI

Fica estabelecido entre as partes que a mãe ou o pai terão abonadas as faltas ao serviço, a razão de 06 (seis) dias por ano, para acompanhamento de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, desde que justificada a ausência com o atestado médico do(a) filho(a).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO DO ESTUDANTE

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes que comprovarem a situação de regularidade escolar no período noturno, além das 18h00min (dezoito horas), respeitando a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DATAS FESTIVAS

Convenciona-se que serão datas promocionais as seguintes: DIA DE PÁSCOA, DIA DAS MÃES, DIA DOS NAMORADOS, DIA DOS PAIS, DIA DAS CRIANÇAS e BLACK FRIDAY.

17.1 –DIA DAS MÃES E DIA DOS PAIS- Nas quintas e sextas-feiras que antecederem estas datas promocionais a jornada poderá ser prorrogada até as 21h00min. A jornada nesses dias após as 18h00min deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00min nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale-alimentação de R\$17,00 (dezesete reais), que não terá natureza salarial.

17.2 –DIA DAS CRIANÇAS E DIA DOS NAMORADOS- No primeiro e segundo dia que antecederem estas datas promocionais, excetuando-se os sábados, domingos e feriados, a jornada poderá ser prorrogada até as 21h00min. A jornada nesses dias após as 18h00min deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00min nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale-alimentação de R\$17,00 (dezesete reais), que não terá natureza salarial.

17.3 - BLACK FRIDAY - Na quarta sexta-feira do mês de novembro, a jornada poderá ser prorrogada até as 21h00min. A jornada nesses dias após as 18h00min deverá ser remunerada com o adicional de 70% (setenta por cento), isto é, hora acrescida do adicional, independentemente do trabalhador estar laborando abaixo do limite legal, sendo vedada sua compensação. Sempre que o empregado laborar após as 18h00min nessas datas, o empregador deverá fornecer um vale-alimentação de R\$17,00 (dezesete reais), que não terá natureza salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018

1 - Para esta convenção o período de 05/12/2018 a 21/12/2018, a jornada de trabalho, de segunda-feira a sexta-feira, será iniciada às 9h00 e poderá ser prorrogada até às 22h00.

19.2 - Nos sábados a jornada será iniciada às 9h00 e poderá ser prorrogada até as 18h00.

19.3 - A jornada de trabalho no dia 23/12/2018 (domingo), será das 9h00 às 17h00.

19.4 - As horas extras trabalhadas de segunda a sexta-feira, após as 18h00, e aos sábados, após as 13h00, serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal.

19.5 - As superiores a duas horas extras por dia, no horário informado, serão remuneradas com o adicional de 80% (oitenta por cento) sobre a hora normal.

19.6 - Em razão do dia trabalhado no domingo, dia 23 (vinte e três) de dezembro de 2018, das 09h00 às 17h00, não haverá expediente nem jornada de trabalho no dia 04 (quatro) de março de 2019 (segunda-feira de carnaval), voltando o comércio a abrir suas portas na quarta-feira de cinzas, dia 06 (seis) de março de 2019, somente após as 12h00.

19.7 - As empresas que não exercerem expediente nem jornada de trabalho no dia 23/12/2018 poderão ter expediente e jornada de trabalho no dia 04/03/2019 (segunda-feira de Carnaval). É vedada a compensação em horas extras executadas.

TABELA DEMONSTRATIVA PARA DEZEMBRO/2018 E COMPENSAÇÕES

Data	Horário
Dia 11/10/2018 (quarta-feira) (troca pelo dia 31/12/2018 somente para a cidade de Cambé firmada por convenção específica)	Das 08h00 as 18h00
Dia 08/11/2018 (quinta-feira) (troca pelo dia 31/12/2018 somente para a cidade de Iporã)	Das 08h00 as 18h00
Dia 01/12/2018 (sábado)	Das 09h00 as 18h00
Dia 02/12/2018 (domingo)	Fechado
Dia 03 e 04/12/2018 (segunda e terça-feira)	Das 08h00 as 18h00
Dias 05 a 07/12/2018 (segunda a sexta-feira)	Das 09h00 as 22h00
Dia 08/12/2018 (sábado)	Das 09h00 as 18h00
Dia 09/12/2018 (domingo)	Fechado
Dia 10/12/2018 (segunda-feira) (troca pelo dia 31/12/2018 somente para a cidade de Londrina)	Das 08h00 as 18h00
Dia 13/12/2018 (quinta-feira) (troca pelo dia 31/12/2018 somente para a cidade de Primeiro de Maio)	Das 08h00 as 18h00
Dias 10 a 14/12/2018 (segunda a sexta-feira) (exceto o dia 10 para Londrina)	Das 09h00 as 22h00
Dia 15/12/2018 (sábado)	Das 09h00 as 18h00
Dia 16/12/2018 (domingo)	Fechado
Dias 17 a 21/12/2018 (segunda a sexta-feira)	Das 09h00 as 22h00
Dia 22/12/2018 (sábado)	Das 09h00 as 18h00
Dia 23/12/2018 (domingo) (troca pelos dias 04 e 06/03/2019)**	Das 09h00 as 17h00
Dia 24/12/2018 (segunda-feira - véspera de Natal)	Das 09h00 as 17h00
Dia 25/12/2018 (Natal)	Fechado

Dias 26 a 28/12/2018 (quarta a sexta-feira)	Das 08h00 as 18h00
Dia 29/12/2018 (sábado)	Das 09h00 as 18h00
Dia 30/12/2018 (domingo)	Fechado
Dia 31/12/2018 (segunda-feira) (troca pelo aniversário das cidades de Londrina, Cambé, Ibipora, Primeiro de Maio)	Fechado
Dia 1º/01/2019 (terça-feira)	Fechado
Dia 02/01/2019 (quarta-feira)	Das 08h00 as 18h00
Dia 04/03/2019 (segunda-feira de carnaval)(**)	Fechado
Dia 05/03/2019 (cláusula 13.1)	Fechado
Dia 06/03/2019 (quarta-feira de cinzas)(**)	Das 12h00 as 18h00

19.8 – Nas prorrogações de horário no mês de dezembro de 2018, haverá um intervalo de (1)uma a (2)duas horas para alimentação e repouso, para almoço, e de uma hora para o jantar. Para o intervalo de jantar, o empregador fornecerá uma refeição ou valor correspondente a R\$17,00 (dezesete reais), por opção do empregado.

19.9 – Fica estabelecida a possibilidade de celebração de convenção coletiva de trabalho entre as entidades signatárias, em favor das empresas para prorrogação e compensação da jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da CLT e manifestada em assembleia dos empregados interessados.

19.10 – As horas trabalhadas no mês de dezembro/2018 e destinadas à compensação deverão ser quitadas no termo rescisório caso haja a rescisão do contrato de trabalho antes de o trabalhador poder usufruir da folga compensatória.

Férias e Licenças

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão o empregado com mais de 14 (quatorze) dias de serviço, terá direito à remuneração de férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - INÍCIO DAS FÉRIAS

É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente os uniformes, quando seu uso for exigido, ficando o empregado obrigado a devolvê-lo por ocasião da rescisão do contrato.

Relações Sindicais

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - COPIA DE DOCUMENTOS - RAIS

Para fins estatísticos e de análise de mobilidade da categoria profissional, ficam as empresas obrigadas a enviar cópia da RAIS, via protocolo, aos Sindicatos dos Empregados no Comércio de Londrina – SINDECOLON, até 30 (trinta) dias após a entrega ao sistema do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como da relação de admissões e dispensas de empregados (parágrafo único do artigo 1º da Lei 4.923/65) no mesmo prazo da remessa à DRT.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As partes acordantes outorgam aos Sindicatos, competência para ajuizar perante a Justiça do Trabalho ações de cumprimento, seja de matéria salarial, seja por descumprimento de cláusulas convencionais ou matéria de direito individual, independentemente da condição de associado ou não pelo empregado ou empresa representados

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer obrigação, objeto das cláusulas e obrigações acordadas, o empregador fica obrigado a pagar ao empregado prejudicado, cumulativamente por cláusula não cumprida, uma multa igual a 20% (vinte por cento) do maior piso salarial da categoria.

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - POLÍTICA SALARIAL

Fica ajustado entre as partes que a cada modificação da política salarial em relação ao salário mínimo vigente, as partes voltam a negociar imediatamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA

Caso as negociações coletivas referentes à 2019/2020 se estendam para data posterior ao término da vigência da presente convenção coletiva, estabelecem as partes a prorrogação do período de vigência estabelecido na cláusula primeira desse instrumento até o dia 30/06/2019.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA TRABALHISTA

As entidades signatárias desta convenção coletiva de trabalho promoverão esforços para criar a Comissão de Conciliação Prévia Trabalhista.

JOSE LIMA DO NASCIMENTO
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA

JOSE ALBERTO PEREIRA
Presidente
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL OPTICO, FOTOGRAFICO E
CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DO PARANA

ED NOGUEIRA DE AZEVEDO JUNIOR
Procurador
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL OPTICO, FOTOGRAFICO E
CINEMATOGRAFICO NO ESTADO DO PARANA

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL 2018

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - PROCURAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço
<http://www.mte.gov.br>.